



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA  
16 DE OUTUBRO DE 2018

N.º 22/2018

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: José Manuel Moreira Lopes, Prof. Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º  
Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



## SUMÁRIO

### I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Pág.

- 1 – Requerimentos apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim  
Andrades Teles..... 4

### II – ORDEM DO DIA

#### ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1 – Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia 28 de setembro de 2018..... 7
- 2 – Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários  
do Município de Santa Marta de Penaguião – Fixação do número de Bolsas de Estudo.... 9

#### DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

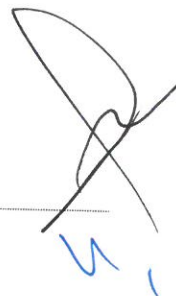
- 3 – Fórum de Atividades – Arrendamento da Loja Comercial nº 6 – Relatórios Preliminar e  
Final..... 10
- 4 – VII Passeio Vinhateiro de Vila Marim – Mesão Frio – Emissão de Parecer..... 11

#### Serviços de Tesouraria

- 5 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 28 de setembro a 11 de outubro de 2018 ..... 13

#### DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

- 6 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de  
23 de setembro – Requerente: José Joaquim Fonseca Catarina – Freguesia da  
Cumieira..... 13
- 7 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do  
Direito de Preferência..... 16
- 8 – Aprovação do Projeto de Execução - Requalificação das Piscinas Municipais de Santa  
Marta de Penaguião..... 17



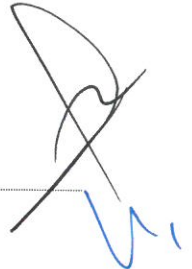
**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,  
DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

**Serviço da Educação**

- 9 – Fixação de Bolsas de Estudo aos Alunos que Frequentam o Ensino Superior – Ano  
Letivo 2018/2019..... 19

**APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO**

- 10 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião ..... 20



**I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**Requerimentos apresentados pelo Senhor  
Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim  
Andrade Teles**

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou os seguintes requerimentos: -----

----- 1.1 – “REQUERIMENTO -----

----- Exmo. Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Senhores Vereadores. -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, e para o cabal entendimento desta Câmara, mas também para conhecimento público, expor e solicitar o seguinte:

----- Expor, que foi publicado na página institucional do Município de Santa Marta de Penaguião, na segunda semana de outubro de 2018, que as instalações das Piscinas Municipais irão reabrir ao público a partir de 15 de outubro de 2018, chamando a atenção para a melhor compreensão dos utentes, pelas obras que irão ocorrer ao longo do ano. -----

----- Expor, que os sucessivos reparos realizados às ditas instalações não se circunscreviam aos sistemas de aquecimento, mas também a um conjunto de operações de manutenção de modo a torna-las mais adequadas à utilização humana, como é por exemplo pinturas anti fungos, aspiração e limpeza de condutas de ventilação, ou a revisão de equipamentos sanitários etc. estas operações poderiam ter sido realizadas ao longo do período em que as Piscinas Municipais estiveram encerradas ao público, o que efetivamente não aconteceu. -----

----- Expor, que a reabertura das referidas instalações deverá ser objeto de uma inspeção, a levar a efeito pela entidade responsável pela Saúde Pública, bem como por uma empresa especializada na área da qualidade do ar e da água. Para nós é totalmente inaceitável que não sejam garantidas aos utentes, as condições de conforto e salubridade das instalações, bem como a sua monitorização bacteriológica. -----

----- Solicitamos por isso, que nos seja facultado o cronograma das obras e realizar ao longo deste ano de 2018/2019, nomeadamente o tipo de atividade/ação e a sua duração temporal. Uma vez, no que diz respeito às obras mais extensivas e profundas, que desconhecemos ainda, serão objeto

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
Câmara Municipal  
Ata n.º 22 de 16 de outubro de 2018



de candidatura, com recurso a fundos comunitários, concurso público e execução material da mesma, sendo por isso um processo difuso no tempo, que poderá inclusivamente ultrapassado o limite temporal do atual mandato autárquico. -----

---- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 16 de outubro de 2018. -----

---- Daniel Teles, vereador da C.M. -----

---- Ass: Daniel Teles." -----

---- 1.2 – “REQUERIMENTO -----

---- Exmo. Senhor Presidente da Câmara. -----

---- Senhores Vereadores. -----

---- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, e para o cabal entendimento desta Câmara, mas também para conhecimento público, expor e solicitar o seguinte:  
---- Expor, uma vez que temos conhecimento que os recursos humanos do Serviço da Divisão de Obras encontram-se reduzidos, por motivo de doença, há mais de três meses, nomeadamente no que refere às funções de análise e emissão de parecer técnico de obras particulares, de vistorias, e demais equipas multidisciplinares cuja composição foi aprovada pela Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião. -----

---- Expor, que tal situação é redutora da eficiência dos Serviços Técnicos disponibilizados por esta Câmara, desperdiçando oportunidades de investimentos privados no concelho, pelo atrasado a que ficam sujeitos os processos, e tal situação é ainda potenciadora de tomada de decisões sem as devidas justificações formais e materiais, podendo imperar uma discricionariedade nefasta, podendo mesmo levar à desregulação das funções distribuídas. -----

---- Por estes factos, vimos solicitar, que nos informe por quanto mais tempo irá permanecer a Divisão de Obras sem um arquiteto em funções? ou para quando está prevista a sua contratação?

---- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 16 de outubro de 2018. -----

---- Daniel Teles, vereador da C.M. -----

---- Ass: Daniel Teles." -----

---- 1.3 – “REQUERIMENTO -----

---- Exmo. Senhor Presidente da Câmara. -----

---- Senhores Vereadores. -----

Município de Santa Marta de Penaguião  
Câmara Municipal  
Ata n.º 22 de 16 de outubro de 2018



----- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, expor e solicitar o seguinte: -----

----- Expor, de acordo com o levantamento fotográfico realizado no passado dia 11 de outubro de 2018, na localidade de **Soutelo**, na freguesia de **Fontes** que designaremos por anexo I deste requerimento, verificámos que o modo como é abastecido o depósito de acumulação de água para o abastecimento desta localidade, não é na nossa opinião, o mais adequado. De facto, o abastecimento complementar é realizado por camião cisterna, cuja ligação ao depósito de acumulação efetua-se por conjunto de mangueiras unidas despostas ao ar livre e cuja extremidade é vedada com um saco plástico comum. -----

----- Expor, que tratando-se de um produto para consumo humano, os cuidados contra possíveis fatores de risco para a saúde das populações deve ser acautelado. -----

----- Solicitamos, que esta situação seja reportada à respetiva Divisão dos Serviços Técnicos do Município, para análise e que seja apresentada uma solução para a sua correção imediata. A título de sugestão: que a conduta de ligação seja em tubagem resistente e homogênea, enterrada pelo menos 80cm, e que seja criado um nicho, junto ao caminho, com válvula de corte e de ligação de roscar. A portinhola do nicho deverá ser metálica e com chave própria. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 16 de outubro de 2018. -----

----- Daniel Teles, vereador da C.M. -----

----- Ass: Daniel Teles." -----

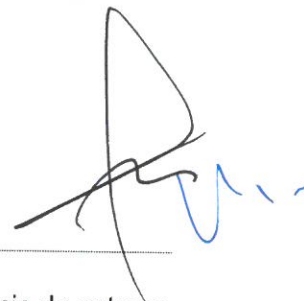
----- 1.4 – “REQUERIMENTO -----

----- Exmo. Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Senhores Vereadores. -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, e para o cabal entendimento desta Câmara, mas também para conhecimento público, expor e solicitar o seguinte:

----- Expor, que no ano de 2017, conforme consta na Ata n.º 13, de 20 de junho, a Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, com posterior ratificação da superior Assembleia Municipal, decidiu atribuir uma distinção pública, Medalha de Mérito Grau Ouro ao cidadão penaguiense João Manuel Pires, pelos feitos singulares realizados ao longo da sua carreira desportiva, na área do Atletismo. -----



----- Expor, que tendo conhecimento que passado cerca de um ano após a cerimónia de entrega da referida distinção, o homenageado procedeu à devolução da mesma, tendo inclusivamente tornando essa sua ação pública. -----

----- Expor, que tal acontecimento merece, quanto a nós, um esclarecimento público do Senhor Presidente da Câmara, uma vez que se trata de uma insígnia de elevadíssimo valor institucional e público que os superiores órgãos municipais decidiram favoravelmente atribuir, com o voto favorável de todas as forças políticas. -----

----- Solicitamos ao Senhor Presidente da Câmara que esclareça, por escrito, o que realmente se passou, para que tenha sido rejeitada à posteriori tal agraciação e devolvido à procedência a medalha atribuída. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 16 de outubro de 2018. -----

----- Daniel Teles, vereador da C.M. -----

----- Ass: Daniel Teles." -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, referiu que, os requerimentos apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, serão remetidos aos respetivos Serviços, para prestarem informação com vista a satisfazer o solicitado:

----- Pontos 1.1, 1.2 e 1.3 – Divisão de Coordenação Técnica, Planeamento e Gestão Urbana, e; -

----- Ponto 1.4 – Gabinete de Apoio à Presidência. -----

## II – ORDEM DO DIA

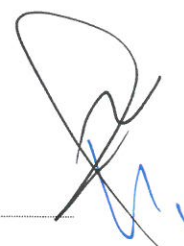
### ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Assembleia Municipal – Sessão Ordinária realizada no dia  
28 de setembro de 2018**

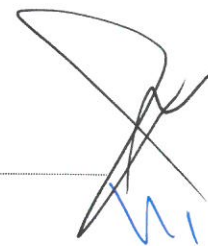
----- 1 – Presente à reunião as deliberações da sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 28 de setembro de 2018: -----

----- "PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 22 de 16 de outubro de 2018**



- Ponto 1.1 – Ata da sessão ordinária realizada no dia 22 de junho de 2018 - Aprovada, por maioria. -----
- Ponto 1.2 – Leitura resumida do expediente e prestação de informações e esclarecimentos - Tomado Conhecimento. -----
- PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----
- Ponto 2.1 – Apreciar uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c), n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) - Tomado Conhecimento. -----
- Ponto 2.2 - Eleição de um autarca de freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal (alínea e), n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004 de 18 de agosto, na atual redação). – Foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Sever, Senhor António Júlio da Costa Almeida, com 18 votos a favor, 3 votos contra e 1 branco; -----
- Ponto 2.3 – Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação (alínea d), do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro na atual redação). – Foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia da Cumieira, Senhor Fernando José Mourão Gonçalves, com 18 votos a favor, 3 votos contra e 1 branco; -----
- Ponto 2.4 – Deliberar sobre a proposta de delegação na Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO), das competências de autoridade municipal de transportes, bem como a aprovação da minuta do contrato interadministrativo (alínea k), do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigos 6.º e 10.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho - Deliberação da Câmara Municipal de 04 de setembro de 2018) - Aprovado, por unanimidade. -----
- Ponto 2.5 - Deliberar sobre proposta de Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 04 de setembro de 2018) - Aprovado, por unanimidade. -----
- Ponto 2.6 – Deliberar sobre a Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia e respetivos contratos interadministrativos no âmbito dos transportes escolares (alínea k), n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Deliberação da Câmara Municipal de 19 de setembro de 2018) - Aprovado, por unanimidade.” -----
- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



**Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Sociais aos  
Bombeiros Voluntários do Município de Santa Marta de Penaguião  
– Fixação do número de Bolsas de Estudo**

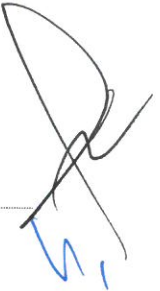
----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “O socorro às populações é uma missão desenvolvida pelas corporações de bombeiros do concelho, com responsabilidade, zelo e dedicação, reveladora de coragem, civismo e de respeito pela vida humana, atitude que merece ser reconhecida, acarinhada e valorizada. -----

----- Com base no Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Santa Marta de Penaguião, no que se refere à atribuição de bolsas de estudo aos Bombeiros que frequentam o Ensino Superior, publicado em 9 de março de 2016, e de acordo com o n.º 2 do artigo 6.º e dos n.ºs 2 e 4 do artigo 7.º do regulamento, deve a Câmara Municipal definir qual o número de bolsas de estudo a atribuir em cada situação e definir o espaço temporal da entrega de candidaturas. -----

----- Assim, proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de fixar o número de bolsas de estudo a atribuir aos bombeiros que se encontrem nas situações constantes do referido regulamento, referentes ao ano letivo 2018/2019.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, fixar em 12 (doze) o número de bolsas, sendo 9 (nove) a atribuir de acordo com o n.º 2 do artigo 6.º e 3 (três) de acordo com o n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Santa Marta de Penaguião, no valor de 500,00€ (quinhentos euros) cada, para o ano letivo 2018/2019, devendo as candidaturas serem apresentadas até 30 de novembro de 2018.** -----



**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,  
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Fórum de Atividades – Arrendamento da Loja  
Comercial nº 6 – Relatórios Preliminar e Final**

----- 3 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Relatório Preliminar: -----

----- Ordem de Trabalhos: -----

----- Hasta pública e licitação verbal para aquisição do direito de arrendamento da loja comercial nº 6 do Fórum de Atividades, anunciada pelo edital nº 74/DAFRH/2018. -----

----- Foi dado início à Hasta pública com a leitura das condições propostas para a aquisição do direito de arrendamento da referida loja, finda a qual se procedeu à abertura da proposta apresentada pelo proponente: José Alberto Pinto Queirós. -----

----- O proponente José Alberto Pinto Queirós apresentou uma proposta de 550,00€. -----

----- Verificou-se que só estava presente o Senhor José Alberto Pinto Queirós. -----

----- A Hasta pública iniciou-se com o valor base de licitação de 550,00€, uma vez que foi o valor da proposta apresentada. -----

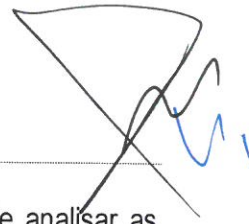
----- O senhor **José Alberto Pinto Queirós** e na ausência de quaisquer outros participantes, efetuou um lance de 5€, tendo-lhe sido atribuída a concessão do direito de arrendamento, pela importância de **555,00€**, a celebrar pelo prazo de oito anos, conforme norma constante no nº 1 do artigo 38º do Regulamento do Fórum de Atividades. -----

----- Para os devidos efeitos legais, informou-se o proponente presente do prazo de dez dias úteis a conceder para audiência de interessados, findos os quais a presente proposta será analisada e aprovada em reunião de Câmara Municipal. -----

----- Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrado o ato público do qual se lavrou o presente relatório que depois de lido e considerado conforme vai ser assinado. -----

----- Relatório Final: -----

----- No dia onze de Outubro de dois mil e dezoito, reuniu a Comissão designada para dirigir o procedimento do concurso referenciado, constituída por Emanuel Rodrigues Costa, Presidente,



Maria de Lurdes Araújo Ribeiro Moreira e Inês Nogueira Rebelo, Vogais a fim de analisar as eventuais reclamações do concorrente, na sequência da audiência prévia, conforme o previsto no artigo 34º do Regulamento do Fórum de Atividades e artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- A Comissão constatou que o Senhor José Alberto Pinto Queirós, veio comunicar que nada tem a opor ao Relatório Preliminar. -----

----- Constatou-se ainda que o concorrente José Alberto Pinto Queirós, para efeitos do nº 5 do artigo 32º do referido Regulamento que, dentro das atividades enumeradas no artigo 22º, pretende exercer a atividade de “ **ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO** “. -----

----- Assim, cumpridas todas as formalidades previstas no Regulamento do Fórum de Atividades, propõe-se: -----

a) Que a adjudicação do arrendamento da loja comercial, nº 6, sita no rés-do-chão do Fórum de Atividades, seja feita ao Senhor **José Alberto Pinto Queirós**, pelo valor de **555,00€**, pelo prazo de 8 anos; -----

b) Que o presente relatório seja submetido à reunião da Câmara Municipal para efeitos de adjudicação definitiva, nos termos previstos no artigo 36º do referido regulamento. -----

----- Para constar, se lavrou o presente relatório, que vai ser assinado pela Comissão.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à adjudicação do arrendamento da loja comercial, n.º 6, sita no rés-do-chão do Fórum de Atividades, ao Senhor José Alberto Pinto Queirós, pelo valor de 555,00€ (quinhentos e cinquenta e cinco euros), pelo prazo de 8 anos, nos termos do Relatório elaborado pelos Serviços.** -----

## VII Passeio Vinhateiro de Vila Marim

### – Mesão Frio – Emissão de Parecer

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----



----- **“A Associação Cultural e Desportiva de Vila Marim**, do Concelho de Mesão Frio, pretende realizar um passeio TT Vinhateiro, que se realiza entre as 8.00h e as 16.00h **do dia 27 de Outubro de 2018**, com partida e chegada em Vila Marim – Mesão Frio. -----

----- De acordo com o artigo 7º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de Março, o pedido de autorização para a realização desta prova é apresentado na Câmara Municipal do Concelho onde a atividade se realiza ou tem o seu termo, no caso de abranger mais de um Concelho, ou seja, no caso em apreço na Câmara Municipal de Mesão Frio. -----

----- Uma vez que, este Município tem jurisdição nas vias onde realiza esta prova, compete à Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea e) no nº 2 do artigo 7º do Decreto-Regulamentar referido, emitir parecer quanto à utilização da via pública, o qual conforme os nºs 3 e 4 do artigo 8º, deve ter em conta: -----

1 – O interesse da atividade em causa relativamente ao interesse de garantir a liberdade de circulação e normalidade do trânsito; -----

2 – O número de participantes (o número máximo de participantes é de 80); -----

3 – A importância das vias envolvidas no que respeita à capacidade de escoamento de tráfego; e -----

4 – A segurança e a fluidez da circulação. -----

----- Assim nos termos do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Regulamentar nº 2-A/2005 de 24 de Março, deve o pedido ser presente à reunião do Executivo Municipal com vista a tomar deliberação quanto ao parecer a que se refere a alínea e) do nº 2 do artigo 7º do mesmo diploma, quanto à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização da prova desportiva referida.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, dar parecer favorável à utilização das vias, sob jurisdição do Município para a realização do evento “Passeio TT Vinhateiro”.** -----

### Serviços Tesouraria

#### Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 28 de setembro a 11 de outubro de 2018

----- 5 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 28 de setembro a 11 de outubro de 2018, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	11/10/2018
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		193.827,95	Despesas Orçamentais (*)	5.047.259,96
Execução orçamental	92.951,81		Correntes	4.422.543,63
Operações de tesouraria	100.876,14		Capital	624.716,33
			(*) Compromissos	7.550.353,48
Receitas Orçamentais		5.011.375,39	Operações de tesouraria	327.221,25
Correntes	4.687.971,29		Saldo para o dia seguinte:	142.034,21
Capital	323.404,10		Execução orçamental	57.067,24
Operações de tesouraria		311.312,08	Operações de tesouraria	84.966,97
Total		5.516.515,42	Total	5.516.515,42

----- Deliberação: Tomar conhecimento. -----

### DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

#### Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo

**54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: José**

**Joaquim Fonseca Catarina – Freguesia da Cumieira**

----- 6 – Presente à reunião requerimento do Senhor José Joaquim Fonseca Catarina, na qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95,

de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de celebração de uma escritura de doação de um prédio. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

----- 1. INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado José Joaquim Fonseca Catarina, na qualidade de proprietário, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de negócio jurídico dos prédios que passo a descrever: -----

---- - Prédio rústico, sito na Cumieira, com a área de 61.373,00 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial sob o artigo 507-E, da freguesia da Cumieira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 16; -----

----- - Prédio misto situado em Amoreira, com a área total de 12.122,00 m<sup>2</sup>, composto pelo prédio rústico, com a área de 12.062,00 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial sob o artigo 418-E, e pelo prédio urbano, com a área de 60 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 327, da freguesia da Cumieira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 246. -----

----- 2. PARECER -----

----- 2.1 Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2/09, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- 2.2 Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor



Municipal, os prédios rústicos a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
507-E	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal</i>
418-E	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal</i>

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade nos citados prédio rústico na proporção de 1/4 indivisos para cada um dos seguintes donatários: Cristina Osório Catarina, Inês Osório Catarina, Nuno Torrão Catarina e Hugo Torrão Catarina. -----

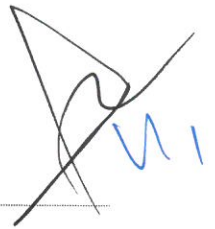
----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de um negócio jurídico, visando a constituição de compropriedade no artigo 507-E e 418-E, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do n.º 2 do artigo 54.º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição de compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos.** -----



**Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis  
(IMT) – Exercício do Direito de Preferência**

----- 7 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I - ENQUADRAMENTO NA LEI -----

----- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 Novembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de Dezembro a Direcção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras lavradas no mês anterior. -----

----- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 1 disponível no site da Direcção Geral de Finanças referente ao mês de agosto, de 2018. -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 55º do supracitado Código, sob a epígrafe “*Direito de preferência de organismos públicos*”, pode ler-se “se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas coletivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu”. -----

----- II - ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT -----

----- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos. -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõem de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes Serviços Técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexos.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----



**Aprovação do Projeto de Execução – Requalificação  
das Piscinas Municipais de Santa Marta de Penaguião**

----- 8 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I – ENQUADRAMENTO -----

----- O Município de Santa Marta de Penaguião sempre se pautou por aproveitar todas as oportunidades relativamente aos Fundos da União Europeia. -----

----- Atualmente encontra-se aberto o Aviso – NORTE-03-2017-42 - eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração local, que encerrará no dia 31/10/2018. -----

----- O MUNICÍPIO ENCONTRA-SE EM CONDIÇÕES DE CANDIDATAR A OPERAÇÃO “REQUALIFICAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO”, AO AVISO SUPRA. -----

----- Neste contexto e de acordo com o plasmado na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, os serviços técnicos elaboraram o Projeto de Execução denominado de “Requalificação das Piscinas Municipais de Santa Marta de Penaguião”. -----

----- Estima-se que o valor de investimento é de 447.577,66 €. -----

----- O projeto “in casu” encontra-se inscrito em Plano Plurianual de Investimentos para o corrente ano, com a classificação económica 02-07.01.04.06 e PPI 24/2017. -----

----- O órgão competente para aprovar o projecto de execução é o que tem competência para a decisão de contratar, como consta da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no caso em concreto a Câmara Municipal. -----

----- II – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

----- Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, tomo a liberdade de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o projeto de execução “Requalificação das Piscinas Municipais de Santa Marta de Penaguião”. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o projeto de Requalificação das Piscinas Municipais de Santa Marta de Penaguião, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----



O Senhor Vereador do PPS/PSD, Arq.<sup>a</sup> Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), vem nos termos do regimento, expor seguinte: -----

----- Relativamente ao projeto de execução das Piscinas Municipais, a candidatar a Fundos Comunitários, após a sua análise compete-me tecer as seguintes considerações: -----

----- a) O referido projeto incide fundamentalmente na remodelação de alguns espaços interiores, nomeadamente a zona dos balneários, os sistemas de energia elétrica, sistemas AVAC, substituição de caixilharias, sistemas prediais de águas, esgotos e pluviais, bem como o isolamento térmico do edifício pelo exterior em sistema ETIC. -----

----- b) Analisando o projeto, facilmente se depreende que não existiu qualquer preocupação com a relação do edifício a reabilitar com a sua envolvente. Não estão previstos pontos de iluminação no exterior, nem foi contemplada qualquer ação de melhoria do espaço que medeia este edifício (Piscinas Municipais) e o Pavilhão Desportivo Municipal localizado a norte; -----

----- c) O espaço público anteriormente referido, na forma de pátio fechado, está presentemente sem iluminação e qualquer tratamento diferenciador, é diariamente palco de concentração de alguns jovens, principalmente durante a noite, tornando-o propiciador à prática de consumo de substâncias psicotrópicas. O projeto de intervenção não prevê qualquer ação de melhoria para esse espaço. -----

----- Conclusão: pelo exposto, proponho em sede de melhoramento do projeto de execução, que a intervenção seja extensiva ao espaço exterior de tardoz a norte das Piscinas Municipais, introduzindo iluminação pública adequada e um tratamento imagético de espaço que torne diferenciador e não um mero espaço residual. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no seguimento da Declaração de Voto, apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, disse o seguinte:-----



----- “Mais uma vez sugerimos ao Senhor Vereador que antes de emitir opinião deve ler com a devida atenção os documentos que regulam as candidaturas. Pois, o que sugere, não tem qualquer enquadramento legal no aviso n.º NORTE-03-2017-42, ao qual o Município de Santa Marta de Penaguião candidatou o projeto em questão.” -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO,  
AÇÃO SOCIAL E TURISMO  
Serviço da Educação**

**Fixação de Bolsas de Estudo aos Alunos que Frequentam  
o Ensino Superior – Ano Letivo 2018/2019**

----- 9 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Com base no regulamento municipal para atribuição de bolsas de estudo aos alunos que frequentam o Ensino Superior, republicado a 12 de dezembro de 2016, e de acordo com o definido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6º do regulamento, no que se refere ao valor e número de bolsas de estudo a atribuir é fixado anualmente por deliberação da Câmara Municipal. -----

----- Assim, proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de fixar tanto o valor como o número de bolsas de estudo a atribuir para o ano letivo 2018/2019.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, fixar em 60 (sessenta) o número de bolsas de estudo, aos alunos que frequentam o Ensino Superior, no valor de 500,00€ (quinhentos euros) cada, para o ano letivo 2018/2019, devendo as candidaturas serem apresentadas até 30 de novembro de 2018.** -----

## APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

### Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

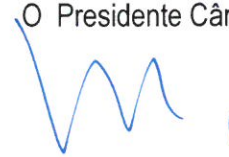
----- 10 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:30 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)